

O 18 Brumário de Temer

por Celso Amorim

CartaCapital, 27/02/2018

Além de cuidar dos interesses dele e de sua turma, o presidente ilegítimo entrega o país àqueles dos EUA. Nem por isso Tio Sam se comove

Em 1994, o secretário de Defesa dos Estados Unidos William Perry visitou o Brasil.

Na ocasião, eu servia como ministro das Relações Exteriores de Itamar Franco.

Como o Brasil não tinha ainda um Ministério da Defesa, coube a mim ser o anfitrião do secretário, atuando de forma coordenada com os então ministros das três forças singulares.

Àquela época, alguns anos após o fim da Guerra Fria, Washington “atualizara” sua visão do papel das Forças Armadas na América Latina.

O inimigo deixara de ser o comunismo internacional e se tornara o crime organizado, especialmente o narcotráfico, percebido pelos Estados Unidos como a maior ameaça à sua própria segurança.

Este deveria, assim, tornar-se o foco principal da atenção e das ações das nossas forças.

Recordo-me claramente da preocupação dos meus três colegas de farda com a percepção de que Perry teria vindo ao Brasil com a intenção de obter nossa adesão à nova doutrina, incompatível com a concepção que tinham da função mais nobre (de defesa da Pátria) das corporações que dirigiam.

Estávamos nas vésperas da Primeira Cúpula das Américas, que se realizaria no fim do ano em Miami, e havia o temor de que fosse consagrada uma nova doutrina de segurança para o continente, o que afinal não ocorreu.

Foi nas conversas com os três ministros, em preparação dos encontros com o secretário americano, que ouvi, pela primeira vez, o cuidado dos chefes militares em evitar a “contaminação” com o narcotráfico, a exemplo do que já vinha ocorrendo em outros países, notadamente no México.

Há poucas semanas, o atual secretário de Estado, Rex Tillerson, visitou alguns países latino-americanos.

De forma quase acintosa (é difícil ignorar o Brasil, nem que seja pela extensão territorial), Tillerson, ao longo de seu périplo, que incluiu três países da América do Sul, passou ao largo de Brasília.

Fizeram-se ouvir alguns muxoxos de diplomatas, falando em off, mas oficialmente o governo Temer não passou recibo da omissão humilhante.

Entretanto, não é provável que o desprezo demonstrado por Washington tenha sido totalmente ignorado pelos poucos estrategistas que restam no Planalto.

O golpe que levou à queda de Dilma Rousseff e à perseguição judicial-midiática do ex-presidente Lula não foi obra do acaso.

Oportunismos individuais à parte, ele se inseriu em um quadro mais amplo de reafirmação da hegemonia americana na região.

Posso estar enganado, mas o segundo golpe, representado pela intervenção no Rio de Janeiro, poucas semanas depois das ações em Roraima, na fronteira com a Venezuela, teve e tem, como um dos seus objetivos, posicionar o grupo mais próximo do poder em Brasília em relação ao processo em curso de afirmação do domínio do grande capital – especialmente o capital internacional – sobre nossa economia e de redesenho geopolítico no mundo e na região.

Por que citei a viagem, há quase um quarto de século, do secretário Perry?

Justamente porque naquela época o Brasil rejeitava uma visão do papel subalterno das Forças Armadas, que agora parecemos assumir como nossa: prioridade ao combate à criminalidade, deixando-se para segundo plano projetos ambiciosos de um Brasil-Nação, obviamente incômodo para a potência dominante, tais como o submarino nuclear e os caças supersônicos, ambos realizados em parceria com países relativamente independentes de Washington.

O primeiro está agora ameaçado pela política de austeridade fiscal; o segundo, além disso, corre o risco de ser um “dano colateral” da planejada absorção da Embraer pela Boeing.

Ao mesmo tempo em que aceita uma agenda de subserviência nos planos político, econômico e militar, o governo Temer, ao enfatizar a dimensão de segurança em uma situação de crise humanitária, dá a sua “modesta” contribuição ao isolamento da Venezuela, passo preparatório, ainda que lateral, para legitimar um golpe no nosso vizinho, abertamente pregado pelo secretário de Estado, na esteira de declarações belicistas do próprio presidente dos Estados Unidos a respeito de Caracas.

Ao alinhar-se ainda mais claramente aos objetivos estratégicos de Washington, com uma espécie de 18 Brumário em versão tupiniquim, o grupo no poder visa obter o apoio de quem está de fato no comando das ações, apelando para um tema com óbvia ressonância na população.

Além de tudo o que já foi falado, sob os aspectos político, jurídico, social, de direitos humanos etc., da intervenção no Rio de Janeiro, não acho inútil chamar atenção para a sua dimensão internacional.

Não menos preocupante é o risco de fratura nas nossas Forças Armadas, cuja grande maioria, estou certo, está capacitada a perceber as razões da intervenção muito mais do que o oportunismo tático e a submissão estratégica dos que decretaram esse ato, sob todos os aspectos, temerário.